

## “NEGO NUNCA DEIXOU O CATIVEIRO”: HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DA ESCRAVIDÃO NA FAZENDA MALHADA GRANDE \*

Paulo Henrique de Souza Martins <sup>1</sup>  
Raimundo Nonato Rodrigues de Souza <sup>2</sup>

### Resumo

O artigo discorre sobre as relações sociais experimentadas por escravos e senhores da fazenda Malhada Grande, atualmente distrito de Santa Quitéria. A discussão é feita com base nas memórias sobre a escravidão no lugar, e, com o diálogo que estabelecemos entre essa fonte e os registros de nascimento e casamento da Paróquia de Santa Quitéria. O sobrenome “Braga” é o principal fio condutor da discussão.

**Palavras-chave:** Memória da escravidão; família Braga; Fazenda Malhada Grande.

### Abstract

The article talks about the social relationships faced by slaves and lords of the Malhada Grande Farm, now Santa Quitéria district. The discussion is made based in the memories about the slavery in the region, and, with the dialogue that we established between that search source and the birth registrations and marriage of Santa Quitéria Parish. The family name “Braga” is the main character of the discussion.

**Word-key:** Memory of the slavery; family Braga; Farm Malhada Grande.

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A fazenda Malhada Grande ocupava a área onde hoje existe o núcleo urbano do distrito de mesmo nome. Pesquisas que fizemos na coleção de Datas de Sesmarias do Ceará, informam que a ocupação colonizadora pelo rio Jacurutu, afluente do Acaraú, se

---

\* Este artigo insere-se na Monografia de Graduação, sob o título “Você quer saber história velha eu vou contar: vestígios e memórias do tempo do cativo”, produzida sob orientação do Prof. Ms. Raimundo Nonato Rodrigues de Souza.

<sup>1</sup> Graduado em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, Sobral – CE, 2009, na modalidade Licenciatura Plena. E-mail: [paulinho\\_henriquesm@yahoo.com.br](mailto:paulinho_henriquesm@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Professor orientador. Mestre em História Social pela UFC/UFRJ. Professor Assistente do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. E-mail: [raimundononato.sousa@bol.com.br](mailto:raimundononato.sousa@bol.com.br)

dera por volta do primeiro quartel do século 1700. São quatro as Datas que encontramos, sendo que três estão do período acima indicado.<sup>3</sup>

Outra fonte que nos dá indícios sobre a ocupação do lugar — ainda que conserve forte teor anacrônico — é uma reportagem publicada na Revista *Distritos em foco*. De acordo com esta

A história de Malhada Grande começou ainda em 1702, com o nascimento de João Pinto de Mesquita em Portugal. Ele, com apenas vinte e três anos, veio para o Brasil e, depois de desembarcar em Sergipe, acabou viajando pelo nordeste indo se estabelecer na localidade de Jacurutu velho, que deu origem ao distrito de Malhada Grande.<sup>4</sup>

Como se vê, a história da ocupação do lugar inicia-se antes mesmo da ocupação propriamente dita. Como o nascimento de um português é estabelecido como marco fundador da história de um lugar, sendo que não há qualquer relação de um fato com o outro? Anacronismo de pesquisas superficiais ou desejo de “engrandecimento” do lugar, tomando como referência uma suposta ligação com a Europa, são as únicas possibilidades plausíveis que levanto. Entretanto, o que parece mais nebuloso é a informação logo em seguida ao trecho citado anteriormente.

O nome do local só veio em 1940, quando, após longa estiagem, os ascendentes de José Lourenço Vieira, que era filho de escravos, compraram duzentas braças de terra do então Senador Paula Pessoa, aproveitando um grande inverno naquele ano. A aquisição do terreno foi decisiva para o início do distrito.<sup>5</sup>

Primeiro por que, o nome Malhada Grande no século XX, já era a assaz conhecido. Exemplo disso é um casamento que encontramos registrado no Arquivo da Cúria Diocesana de Sobral<sup>6</sup>; segundo, porque o núcleo urbano, segundo o que a matéria

<sup>3</sup> Para documentos referentes a penetração de sesmeiros pelo rio Jacurutu cf. **ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ**. “Datas de Sesmarias do Ceará e índices das datas de sesmarias: digitalização dos volumes editados nos anos de 1920 a 1928”. Fortaleza: Expressão Gráfica / Wave Media, 2006. (Coleção Manuscritos, v. 03). CD-ROOM 2. Datas número 227, volume 05, página 068; número 282, volume 05, página 076; número 710, volume 09, página 023; número 085, volume 13, página 175.

<sup>4</sup> “TUDO começou em Portugal” **Revista Distritos in foco**. FAEC (Federação das Associações Emancipalistas do Ceará) Fortaleza, ano I, n. 02, outubro/novembro 2007, pág. 28.

<sup>5</sup> *Idem*.

<sup>6</sup> “*Aos deis dias do mes de outubro do anno de mil oitocentos e sessenta e nove na Maiada Grande, depois de feitas as denunciações do estillo e compridas as demais formalidades dispostas no Rictual Romano, assisti ao contrato matrimonial que selebrarão com palavra de presente os meus parochianos Ignacio Jose Braga Junior e Thereza Maria de Lira B B [Branco e Branca] aquele filho legitimo de Ignacio Jose Braga e Maria de Jesus da Incarnação, aquela filha legitima de João Marthins Pereira e Lucia Francisca de Lyra não apparecendo impedimento algum canônico, ou civil, logo lhe dei as benções nupciais, presente por testemunhas Domingos Jose Braga e Thomaz Marthins Leitão. Do que para constar fiz termo que assigno Vigº Francisco Manoel de Lima e Albuquerque.*”

deixa ver nas entrelinhas, que é o que vai marcar a fundação do distrito, é obra de descendentes de escravos e não dos ramos europeus do lugar. Todavia, já há aí os primeiros indicativos da presença escrava na região. Outros questionamentos ainda podem ser feitos: como esses descendentes de José Lourenço produziram “de um grande inverno”, soma suficiente para aquisição de um terreno? Trabalhavam em comunidade? Possuíam outras terras para produção própria?

Memórias sobre a fundação do lugar trazem novos elementos para discutirmos.

(...) o doador da Malhada Grande, que foi o João Lourenço essa Malhada Grande era trezentas braças de terra era do meu bisavô, Domingos Braga e ele vendeu para o senador Paula e depois que o senador, o doutor Paulo vendeu quem comprou foi o João Lourenço (...) era trezentas braças, o João Lourenço comprou duzentas, e o Zé Belo comprou cem braças e nessas duzentas braças que o João Lourenço comprou é o doador do patrimônio da igreja.<sup>7</sup>

Agora, nessa versão obtida em entrevista, surge entre o sujeito colonizador português e os descendentes de escravos do século XX, um rico proprietário das redondezas, bisavô do entrevistado e possuidor de escravos. No assento de casamento citado em nota, ele aparece como padrinho em um casório na Malhada Grande. Adiante veremos ele e algumas histórias sobre, com mais detalhes. De momento, cabe salientar que antiga fazenda Malhada Grande juntamente com outras tantas suas vizinhas se constituíram como espaços onde ocorreu a escravidão. Desde esse “tempo da escravatura” como — chamou um entrevistado — a família Braga é majoritária na posse das terras e em influência política e econômica naquela região.

Situada entre os rios Jacurutu e Groaíras, ambos afluentes do rio Acaraú, esse é o espaço geográfico em que se situam as histórias que desenvolveremos nesse capítulo.

## 1. BRAGAS: UNIDOS PELA “FIRMA”, SEPARADOS PELA COR

Um nome, ou, sendo mais específico, um sobrenome, pode gerar intensos debates de cunho identitário. Tal é a tese que levanto e defendo nas linhas seguintes. A pesquisa sobre a memória do cativo negro a partir da oralidade, nos revelou de

---

Arquivo da Cúria Diocesana de Sobral. (Doravante denominado ACDS). Livro de Casamentos da Paróquia de Santa Quitéria n.º 03 (1867-1876), fl. 50. Grifos meus.

<sup>7</sup> FARIAS, Simplicio Braga. (depoimento, 19/12/2008). Sobral. Laboratório de Memórias e Práticas Cotidianas, 2008. p. 17.

maneira até surpreendente, uma recorrência em torno da divisão dos sujeitos que carregam o sobrenome Braga na região já discutida anteriormente. As entrevistas nos permitem afirmar que essa cisão opera tanto em nível social e econômico, em que uns detêm situações diversa da dos outros; quanto em termos do imaginário, da representação, da identificação, que nascem do sobrenome Braga que se tem. Imaginário projetado sobre uma família, representação social que dela se faz, identidade étnica, são elementos que enxerguei nas memórias, mas que ao mesmo tempo me levam a conceitos tão escorregadios e tão sedutores, simultaneamente.

Leitores, tentemos juntos desenrolar essas conjecturas. De início, as entrevistas nos indicam que quando é feita alguma referência a família Braga naquela região, constrói-se dentro das lembranças contadas, no íntimo das reflexões inerentes ao ato de narrar, a idéia de que existem os Bragas da família dos fazendeiros, os brancos; e os Bragas negros e de outras matizes, não-brancos por assim dizer, nascidos das escravas dos primeiros. Eis a constatação que observei.

Entretanto, antes de chegarmos às memórias alheias é preciso que conheçamos, mesmo que rapidamente, nossos entrevistados. Aos poucos apresentar-lho-eis. Simplício Braga, na experiência dos seus 88 anos, é agricultor aposentado, sente-se orgulhoso da família que tem. Com muito estudo e esforço, grande parte tem formação superior e apesar de não ter tido condições de estudar diz que “pessoas que teve estudo hoje se ‘empaiam’ em se comunicar em Literatura comigo [e] encontra [em mim] pessoa que tem muita história pra contar.”<sup>8</sup> E foi justamente por esse mérito — o de ter história pra contar — que cheguei a conhecê-lo e a entrevistá-lo. Simplício Braga, como veremos nesse capítulo, é bisneto de um senhor de escravos.

Discorrendo sobre a família, o entrevistado informa-me que “O Aécio ta escrevendo um ‘clã da família Braga’ diz ele que quando acabar de fazer vai fazer dos nego [Bragas] arrastar a história dos nego. (risos)”<sup>9</sup> Do comentário em tom de galhofa descortina a idéia de apartamento, de divisão, que havíamos anunciado. Vejamos mais de perto. A história da família Braga, a branca, será trabalhada em um livro, *O Clã da Família Braga*. Já os outros Bragas, os pretos, terão sua história contada em produção independente da primeira, de “arrastão”. Assim, constrói-se muito sutilmente a tese de

---

<sup>8</sup> FARIAS, Simplício Braga. (depoimento, 19/12/2008). Sobral. Laboratório de Memórias e Práticas Cotidianas, 2008. p. 09.

que os Bragas da Malhada Grande, não são ou não deveriam ser tratados como “farinha do mesmo saco”. Suas diferenças sociais barram qualquer generalização.

Outra entrevistada, também concordando com o formato branco/preto na família Braga, também contribui com a discussão trazendo informações sobre tal assunto. Dona Geli Martins conta que sua bisavó materna era prima legítima de Júlia Braga, e esta por sua vez era avó adotiva da entrevistada e neta de Domingos Braga. Foi por intermédio da avó Júlia Braga que dona Geli soube das histórias do velho fazendeiro escravocrata.

(...) Aí foi o tempo do escrivão né aí foi que depois que terminou o escrivão ainda voltou, voltou nego pra Malhada Grande, justamente é por isso que os nego da Malhada Grande se assina como Braga. É por causa do véi Domingos Braga. Eles são da mesma geração de Braga (...).<sup>10</sup>

A origem do sobrenome Braga em uso por parte dos negros, é colocada de forma explícita: decorre esse fato através da ação do próprio do patriarca. Foi sua gula sexual que imprimiu na prole negra seu sangue e seu nome. Antes que me repreenda prezado leitor, convém esclarecer que todos — sem exceção — todos os entrevistados foram unânimes sobre essa característica: a geração negra que carregou o nome Braga, não o fez desse modo somente pelo costume dos escravos receberem o sobrenome dos senhores. Assim o foi também, e no caso das entrevistas essa é a unanimidade, principalmente pelas relações sexuais estabelecidas pelo senhor para com suas escravas. Adiante trabalharemos essa temática.

O que queremos evidenciar é justamente a idéia de separação social que existe dentro de um corpo familiar ligado pelo sobrenome, mas diversificado pela trajetória de vida, pelas lembranças que se construíram sobre essas trajetórias. Vários poderiam ser os exemplos que ilustram essa configuração social em Malhada Grande, mas as citações acima expostas já me parecem garantir a compreensão sobre essa peculiaridade da família naquela região, que é o que nos interessa no momento.

Agora, conheceremos uma pessoa deveras excepcional. Sentindo-se *uma menina de quinze anos*, apesar de os possuir em maior conta (83), dona Maria Gustavo é neta de escravos. Do avô só sabe o nome, mas conheceu e ouviu muitas

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 18-19.

<sup>10</sup> MARTINS, Maria Geli. (depoimento, 21/12/2008). Sobral. Laboratório de Memórias e Práticas Cotidianas, 2008. p. 09.

histórias contadas pela *vovó Rosária*. Bem humorada nas duas entrevistas que me concedeu, suas memórias do cativo e das *convivências* daquele tempo oferecem elementos para que pensemos numa transmissão oral da memória familiar, eminentemente de cunho feminino.<sup>11</sup>

Retornando às considerações em torno da apropriação do sobrenome senhorial por parte dos escravos, Maria Gustavo é enfática.

A família de Braga é família grande é grande tem Braga espalhado nesse mundo todo, agora esses nego aqui é porque era uns nego, as nega véia cativa né deles né aí as nega véia ficaram com essa firma [sobrenome] besta (...) com essa firma de Braga.<sup>12</sup>

Em outros termos, a reflexão de dona Maria é a seguinte: as escravas dos Bragas, tiveram filhos deles. Os filhos escravos enquanto pessoas, assumiram o sobrenome senhorial, mas que, os tais, por essa atitude de submissão, são taxados pela entrevistada como “bestas”. O significante *besta* tem um forte teor depreciativo. Logo em seguida dona Maria Gustavo reafirma sua idéia.

(...) De besta que nego que só [os] nego besta ficaram com essa firma de Braga que Braga eu sei porque os mais véi dizia que essa Braga esses Braga vieram da dessa Bragança (...), saíram de lá corridos tiraram eles de lá porque eles eram ruim.<sup>13</sup>

Subjaz nas considerações de dona Maria o forte condicionante simbólico que o sobrenome representa. Os Bragas, pelo menos os mais antigos, no seu refletir, não poderiam ser boas pessoas haja vista terem sido expulsos de Bragança por serem ruins. De posse dessas informações, creditada aos mais velhos da família (*eu sei porque os mais véi dizia*), porque os escravos não se libertaram de tal estigma negando Braga e adotando outro sobrenome? Eis uma pergunta que, imagino, aflora dos seus pensamentos.

Um acontecimento vivido por dona Maria, ilustra bem o quão o sobrenome, enquanto representação de uma família, como elemento de uma memória familiar ou identidade social, pode ser objeto de conflito. Nesse caso, será a outra parte, diga-se os

<sup>11</sup> MESQUITA, Maria Gustavo. (depoimento, 17/01/2009). Sobral. Laboratório de Memórias e Práticas Cotidianas, 2009. p. 11, informa que “*A minha ‘vó’ contava, que a minha bisavó contava pra ela né? A minha ‘vó’ Rosária, a mãe dela era Felícia, a mãe da vovó Rosária era Felícia. Ai ela contava essas coisas ‘né’*”, demonstrando o caráter familiar da transmissão de memórias.

<sup>12</sup> MESQUITA, Maria Gustavo de. (depoimento, 09/01/2009). Sobral. Laboratório de Memórias e Práticas Cotidianas, 2009. p. 12.



Bragas pelo lado senhorial, que farão suas perguntas em torno da apropriação do sobrenome. Tudo começa com uma carta endereçada ao pai de dona Maria. Ela, estando na casa de Abílio Braga, que era neto de Domingos Braga, recebeu a carta lá. Não sabendo ler, pede que uma filha do anfitrião a leia. Foi quando surgiu o mote para o debate. Vejamos:

Aí eu disse assim “cumade Ilta agora aproveita de... pode ler essa carta aqui pra mim escutar”. Aí foi, leu a carta aí a gente falou no Gustavo Braga de Mesquita aí a dona Ilta <sup>14</sup> disse assim “Ainda mais esse povo tem uma história de... esses nego tem uma moda de se assinar com Braga, com Braga, eu não sei por que esses nego tem essa besteira que eles não tem nada com Braga, tem nada com Braga”. <sup>15</sup>

Certamente, quando dona Nazaré opôs a vinculação de um negro com o sobrenome Braga, o que se tentava fazer era desrelacioná-lo com a família Braga branca, ou mesmo apontar que somente os Bragas brancos eram os legítimos detentores do sobrenome. Luta simbólica? Talvez. O que não dá pra disfarçar é o fato de que o uso e a apropriação do sobrenome por parte dos negros, não se deu de forma harmônica nem para um lado nem para o outro.

O desfecho porém, nascido da inquietude de dona Nazaré, aponta certamente para algo que ou era desconhecido por ela, ou negligenciado, o que ao fim e ao cabo resulta na mesma impressão: a de que eles, os brancos, não consideravam as circunstâncias que levaram a esse fato de que o sobrenome não era somente deles.

Aí eu respondi assim “Dona Nazaré, ‘cê’ sabe por que é que esses nego se assina assim? É por que os branco os Braga nunca se deram ao respeito. Botavam um nega véia, uma escrava véia uma nega dentro de casa pra torrar um café, pra pelar um arroz um mi [milho] pra elas e eles não deixavam... doidin pra fazer o mal às nega véia aí puxavam pela espada e elas pediam “pelo amor de Deus, me deixe meu senhor, não faça umas coisa dessa não senhor...” chorando pedindo pelo amor de Deus pra elas num... pra eles não fazer nada com elas. E eles ficavam [dizendo que] se não se assujeitasse matavam elas, matava, se elas não se assujeitasse, e as nega véia coitadinha não queriam morrer o jeito que tem [teve] foi se assujeitarem, se assujeitavam, e aí impostou aqui a Maiada Grande desses Braga véi, Braga véi sem vergoin [vergonha] que não respeitava as nega véia. <sup>16</sup>

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. 13

<sup>14</sup> Na verdade, quem faz os comentários contidos nas aspas adiante, é Nazaré Braga e não Ilta como erroneamente dona Maria disse ao narrar a história. Percebeu isso em momento posterior. Para preservar a semelhança na citação, empreguei da forma com foi dita à princípio.

<sup>15</sup> MESQUITA, Maria Gustavo. (depoimento, 17/01/2009). Sobral. Laboratório de Memórias e Práticas Cotidianas, 2009. p. 08-09.

<sup>16</sup> *Idem*.

“Na lata” diríamos hoje. *Fazer o mal, empestar*, são expressões que dona Maria utiliza para falar da violência sexual e das conseqüências desta. Percebe-se que possuir o sobrenome Braga não era o intento das escravas por eles violentadas, mas que, sob ameaça de morte, não poderiam agir de outro modo. Vale a pena acompanharmos o resto dessa história

PH – Aí qual foi a reação dela?

MG – Hum?

PH – Como foi que ela reagiu? A senhora não falou isso pra ela?

MG – Não... eu falei assim... eu que respondi pra dona Nazaré assim “o que é que elas [as escravas] podiam fazer por que elas não queriam aceitar e eles queriam matar elas o que é que as pobrezinha... ou chorando ou não se entregaram a eles, se entregavam nem que não quisessem, contra a vontade, mas coitadinhas, pra não morrer se assujeitavam e aí ficou, saiu grávidas, impestaram, os Braga véi impestaram as nega véia. Raça de nego aqui é impestado de Braga, sangue de Braga. “Não fique com raiva não dona Nazaré que é porque eles que não prestaram, não foi as nega véia não porque elas não iam procurar eles, eles é que iam matar se não se assujeitasse a eles. As pobrezinhas eram o jeito...” O que eu respondi pra dona Nazaré foi isso, na casa dela.

PH – Aí ela ficou... o que foi que ela disse?

MG – Nada. Calou-se e não disse mais nada.<sup>17</sup>

Imaginemos a situação criada nesse momento. Se os negros da Malhada Grande também carregavam o sangue de Braga, tal fato se devia a falta de vergonha e de respeito por parte destes para com as escravas de sua posse. O argumento usado por dona Maria Gustavo, nos dá margem a crer na existência de um processo de identidade étnica-familiar própria. *Se somos Bragas, não foi por nossa convivência, mas por dominação social e ameaça a vida* poderia ponderar convictamente em seus próprios termos a descendente de escravos.

A própria comiseração presente na fala de dona Maria quando se reporta às violências sofridas por suas ascendentes, é demonstrativo de tratar-se de uma narrativa, de uma história que veio sendo transmitida ao longo de gerações.

---

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 9-10.



## 2. BRAGAS EM PRETO E BRANCO

Assim poderiam ser tachados os filhos e filhas das escravas que tivessem filhos dos seus senhores. Brancos de pai, pretos de mãe. De todo modo Bragas.

Gilberto Freyre em seu clássico estudo sobre a formação da família patriarcal brasileira, discute em um amplo capítulo intitulado *O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro*, toda a problemática das relações entre senhores e escravas. Segundo ele

Não eram as negras que ia, esfregar-se pelas pernas dos adolescentes louros; este é que, no sul dos estados Unidos, como nos engenhos de cana do Brasil os filhos dos senhores, criavam-se desde pequenos para ganhões. Ao mesmo tempo em que as negras e mulatas para “ventres geradores”.<sup>18</sup>

Demonstrando que as relações entre senhores e escravas estarem, a grosso modo, inseridas num sistema cultural mais amplo em que os aspectos econômicos tinham papel preponderante, Gilberto Freyre argumenta que a organização da sociedade brasileira, escravista e patriarcal, era o principal motivo para a “promiscuidade sexual” dos escravos. Conclusão passível de críticas por que, se colocou a “culpa” da “sexualidade” escrava nas estruturas sociais, também retirou do escravo qualquer elemento de autonomia e consciência sobre seus atos, como se esses agissem sob “forças imperiosas” externas à sua influência.

Se Gilberto Freyre observou o domínio sexual do senhor branco na sociedade colonial, também encontramos caracteres semelhantes nas memórias do cativo da fazenda Malhada Grande.

Nesse sentido, dona Geli informa que

A mãe Júlia Braga me contava do avô dela né que tinha uma nega véia dentro de casa e a mulher dele, aí todos os anos, a nega véia tinha um filho (...). Aí diz que quando os filho tava assim “crescidin” ele pegava e levava pra vender no Maranhão, trocar por foice por enxada (...).<sup>19</sup>

Vendendo os próprios filhos “ilegítimos” como se dizia à época, Domingos Braga exercia assim, a função de procriador da prole escrava; fomentava sua própria

<sup>18</sup> FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: História da Sociedade Patriarcal no Brasil. 43ª edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001. p. 430.

<sup>19</sup> MARTINS, Maria Geli. (depoimento, 21/12/2008). Sobral. Laboratório de Memórias e Práticas Cotidianas, 2008. p. 08.

economia trocando os filhos por instrumentos agrícolas. Simplício Braga, em seu depoimento dá conta do mesmo procedimento por parte do seu bisavô. Apesar de não mencionar a respeito de comercialização de escravos, confirma terem eles parte na família senhorial.

Felipa “veia” que era nega escrava que teve vinte e dois filhos. Essa nega teve vinte e dois filhos e a mulher dele [Domingos Braga] teve treze, a mulher legítima. (...) Essa família dessa negra, diziam que uma grande que uma grande parte era filha dele, era dele.<sup>20</sup>

Mas, o que poderíamos pensar sobre essa relação de concubinato na fazenda Malhada Grande? Como se davam as relações interpessoais dos sujeitos aí envolvidos?

Vimos já, muito embora que rapidamente, a partir das memórias de dona Maria Gustavo, que tais relações entre senhores e escravas não aconteciam sob prisma da harmonia. Muito pelo contrário, somente ao custo da pressão que as escravas “se entregavam” aos desejos sexuais dos senhores. Sobre a reação de ver os próprios filhos sendo levados para terras distantes, dona Geli reproduz aquilo que sua vó adotiva falava nesse sentido.

(...) aí a nega véia ficava chorando e ele dizia assim “chora não nega véia que para o ano vem outro” e era assim por que todos os anos ela tinha né aí a nega véia teve vinte e tanto e a mulher dele vinte e tanto.<sup>21</sup>

Sensivelmente indignada com a situação que experimentaram suas parentas do tempo do cativo, dona Maria assim expressa as adversidades porque passaram:

(...) eu alcancei a minha vó falando dizendo dizia muito que quando elas viam um desses, eu acho que era um tal de Josino Braga, Josino, num sei nem de onde diabo ele é, desses Braga daí do mei [do mundo], tem uns aí no Itapajé praulá, aí diz que quando as nega véia viam eles, coitadinha, choravam corriam se escondendo né e eles... Ora, com medo e eles perseguindo né e as pobrezinha choravam pediam pelo amor de Deus que não fizesse nada com elas não e eles armavam as as traziam aquelas espada horríveis pra fazer medo a elas não é, pra se assujeitarem a eles.<sup>22</sup>

Essas memórias então, se reportam a um sentido de permanência da opressão. Já não é somente Domingos Braga quem assedia as escravas, mas também seu filho

---

<sup>20</sup> FARIAS, Simplício Braga. (depoimento, 19/12/2008). Sobral. Laboratório de Memórias e Práticas Cotidianas, 2008. p. 15.

<sup>21</sup> MARTINS, Maria Geli. (depoimento, 21/12/2008). Sobral. Laboratório de Memórias e Práticas Cotidianas, 2008. p. 08.

<sup>22</sup> MESQUITA, Maria Gustavo de. (depoimento, 09/01/2009). Sobral. Laboratório de Memórias e Práticas Cotidianas, 2009. p. 23.

Josino ou quem sabe os irmãos e primos deste, haja vista o uso da terceira pessoa do plural, *eles*, em referência aos Bragas.

Também Gilberto Freyre percebeu isso em seus estudos citados à pouco. Dialogando com o escritor colonial baiano Vilhena, aponta por intermédio deste que “Succede muitas vezes — diz Vilhena sobre o exemplo dos pais aos filhos — que os mesmos senhores chamados velhos, para distinção dos filhos, são os mesmos que com suas próprias escravas dão maior exemplo às suas próprias famílias.”<sup>23</sup> Ensinam aos filhos sobre o uso do poder e do domínio sobre os corpos escravos, para empregar a constatação de Vilhena em outros vocábulos.

### 3 NESSE BOLÃO DE BARRO... TERRA E AUTONOMIA

Conforme vimos no primeiro capítulo desta monografia, a posse da terra foi um dos mecanismos de diferenciação no interior do processo de formação social do Ceará. O acesso a terra mesmo que em pequena dimensão, configura-se como elemento de autonomia, ainda que não seja absoluta em relação ao grande latifundiário. Lembremos-nos leitores, que o impulso maior para a transformação do povoado agrícola Malhada Grande em distrito de Malhada Grande, aconteceu por ação dos descendentes de João Lourenço, filho de escravos. Informação esta sobre a qual especulamos o processo que culminou na compra do terreno. Consta na fonte consultada, ter sido em consequência de um bom período de chuvas, e portanto, a partir de uma grande produção de grãos e/ou gados bovino, suínos, ovinos, caprinos, etc. De fato, somente podemos conjecturar pois que ainda não temos fontes sobre essa questão. O que quero pontuar, é a possibilidade da existência de comunidades rurais de propriedade dos negros da antiga fazenda, sejam eles escravos ou libertos ou ainda descendentes destes.

Se, mais uma vez afirmo, somente podemos especular isso para o espaço da Malhada Grande, de maneira mais segura podemos afirmar em relação a outro território, vizinho àquele. Trata-se da fazenda Extremas.

---

<sup>23</sup> VILHENA. Cartas, cit, I. p. 138 *Apud* FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: História da Sociedade Patriarcal no Brasil. 43ª edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001. p. 425.

## De acordo com Simplício Braga, proprietário da fazenda Marrecas que faz fronteira com as Extremas

A Maria chamava Maria Nega essa não deixou filho era dona, era dona, que comprou aquele terreno ali das Extremas, foi quem deixou herança a herança dos nego que tem lá nas Extrema era Maria Nega que teve o privilégio que comprou esse terreno lá nas Extrema e deixou morreu nunca teve família aí deixou de herança. (...) Comprou conseguiu era trabalhadora o velho morreu aí os nego ficaram aí eram sempre foram protegidos por eles, comprou esse terreno lá e deixou de herança.<sup>24</sup>

Como se percebe, as terras das Extremas foi uma aquisição privilegiada de Maria Negra. Não obstante, tal regalia se deu, de acordo com o entrevistado, a partir da morte do “velho” que protegia eles. O “velho” seria Domingos Braga? E seus protegidos seriam os escravos pais de Maria? São questões que ainda não obtivemos fonte para obter resposta. É preciso esclarecer que as interrogações que faço, decorrem do diálogo com os documentos orais que abordam a temática da terra das Extremas, conforme adiante veremos. Maria não tendo filhos, deixa herança com os parentes, possivelmente escravos ou ex-escravos da Malhada Grande. É o que se depreende das lembranças de Maria Gustavo.

Eles [os Bragas] tinham as terras deles mas os de fora também tinham compravam terra aqui. Nós aqui morava na nossa terra, morava não, nós mora na nossa terra. O papai já comprou duma moça véia [mulher que não casou] dos Braga mesmo.

A Maria Braga era proprietária aqui ela era dona daqui né quando ela nasceu já foi morando no que é dela né já era dos pais dela dos antigo então ela criou-se aqui na Malhada Grande. Inclusive aqui mesmo nesse bolão de barro aqui que era da tia Maria Braga. Essa Maria Braga era irmã da mãe da mamãe, da minha vó.<sup>25</sup>

As versões de Simplício Braga e Maria Gustavo convergem para o mesmo entendimento. Maria Negra e Maria Braga, são a mesma pessoa; Maria era moradora da Malhada Grande assim como sua irmã Rosária avó de Maria Gustavo; não teve filhos, o que na linguagem sertaneja significa ser *moça velha*. A diferença reside no sentido de que para Simplício Braga, a terra das Extremas foi comprada por Maria, porquanto para Maria Gustavo a aquisição foi realizada pelos pais de Maria. De um modo ou de outro, o fato de não morar sobre o chão senhorial da família Braga (branca) deve representar

<sup>24</sup> FARIAS, Simplício Braga. (depoimento, 19/12/2008). Sobral. Laboratório de Memórias e Práticas Cotidianas, 2008. p. 16.

<sup>25</sup> MESQUITA, Maria Gustavo de. (depoimento, 09/01/2009). Sobral. Laboratório de Memórias e Práticas Cotidianas, 2009. p. 18.

uma conquista substancial no que tange as relações de trabalho e sociais travadas naquele espaço. Esse é um sentido eminente na fala de dona Maria Gustavo.

Logo em seguida suas lembranças sobre como se deu a ocupação da fazenda Extremas nos permite outras reflexões. “Nós morava no Riacho do Pires, aí o papai comprou essa terra (...) comprou as parte dos cunhado dele sogro e tudo e aqui se apossou quanto nego tinha da Malhada Grande.”<sup>26</sup>

A fazenda Extremas tornou-se assim, o reduto dos negros da Malhada Grande. Essa também é a idéia que existe na fala de Simplício Braga quando este afirma que

Todos os outros nego são herdeiro. Hoje as Extrema é situada de nego, tudo são herdeiro dessa Maria, chamavam ela Maria Negra. Era uma das irmãs, mas ela não produziu, não teve família (...) lá é “habitadin” de nego.<sup>27</sup>

Assim é que percebemos, durante o processo de aquisição e mais solidamente depois deste já consolidado, como a estruturação familiar escrava e as redes de parentesco estabelecidas por estes, os laços de solidariedade e proteção, contribuíram sobremodo para conquista de um espaço próprio. Espaço de mobilidade física, com a possibilidade de deslocamentos; de mobilidade social, a partir da ascensão material; espaço de autonomia com o acesso a própria terra; espaço de liberdade em suma.

#### 4. RASTREANDO AS LEMBRANÇAS DE UMA FAMÍLIA NEGRA

A existência da escravidão na fazenda Malhada Grande, como vimos, é confirmada em dois tipos de fontes, a saber, os documentos eclesiásticos e os relatos orais que construímos a partir de entrevistas. Pretendemos dialogar com essas evidências, afim de traçarmos algumas reflexões sobre a vida e as estratégias de vivência dos escravos desse espaço.

Em dia 30 de julho de 1881, na capela de Nossa Senhora Santana da Barra do Macaco aconteceu um batizado. A criança que ingressava na vida cristã aquele dia chamava-se Mariana, de cor preta ou parda (a letra “P” é o único indicativo de sua cor). Filha de Gertudres Pinto de Mesquita, Mariana teve como padrinhos “Pedro escravo de

---

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 19.

Domingos Je [José] Braga e Paula, escrava do mesmo Braga”.<sup>28</sup> Como Gertrudes não é indicada pelo padre como escrava, nem como liberta, julgo ter sido ela portadora de liberdade. E o que há de interessante nisso, é o fato de ter escolhido para parentesco espiritual para sua filha e para si também, dois escravos, Pedro e Paula, pertencentes ao nosso já conhecido Domingos Braga. É uma situação que foge a regra quando se trata de batizados envolvendo escravos.

Os cativos buscaram estabelecer tais laços de parentesco com outros escravos, libertos, ou proprietários de outros escravos. (...) O compadrio, no entanto, não era um relacionamento restrito a dimensão religiosa, mas estendia sua significação ao campo social. Comparando os batismos de livres e de escravos [Schwartz] percebe que pessoas livres apadrinhavam crianças livres e escravas, mas os cativos só apadrinhavam aquelas de sua mesma condição social.<sup>29</sup>

Como salienta Ginzburg, é justamente em casos que escapem “ao usual” que se pode compreender as possibilidades, aberturas e limites de uma sociedade.<sup>30</sup> Então, ao menos que a procedência escrava tenha passado despercebida pelo padre, Gertrudes livre possuía laços de amizade com os escravos Pedro e Paula. De fato, não podemos nos esquecer que a compreensão do mundo dos cativos perpassa por suas relações com o dos livres, sejam eles integrantes da categoria “pobre-livre”, substancial na configuração social do Ceará; ou, pertencentes às classes mais abastadas dos fazendeiros.

Partindo dessa perspectiva, a solidificação das amizades estabelecidas à pia batismal, deveriam se estender às famílias envolvidas. As famílias dos compadres e comadres comprometiam-se simbolicamente na proteção e ajuda mútuas. Assim, esclarece Vasconcellos quando entende que “Os laços de compadrio e apadrinhamento,

---

<sup>27</sup> FARIAS, Simplício Braga. (depoimento, 19/12/2008). Sobral. Laboratório de Memórias e Práticas Cotidianas, 2008. p. 16.

<sup>28</sup> ACDS. Livro de Nascimentos da Paróquia de Santa Quitéria n.º 11 (1880-1885), fl. 40.

<sup>29</sup> ROCHA, Cristiany Miranda. **Histórias de famílias escravas, século XIX**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004. p. 47 (Coleção Tempo e Memória – Série Campiniana)

<sup>30</sup> Em GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 27-28, o autor salienta teórico-metodologicamente que “mesmo um caso limite (e Menocchio com certeza o é) pode se revelar representativo, seja negativamente — porque ajuda a precisar o que se deva entender, numa situação dada, por ‘estatisticamente mais freqüente’ —, seja positivamente — porque permite circunscrever as possibilidades latentes de algo (...) que nos chega apenas através de documentos fragmentários e deformados (...)”



embora tivessem como ponto de partida uma ligação de caráter religioso, atingiam o mundo secular e acabavam tendo importante papel junto à população escrava.”<sup>31</sup>

Se tal constatação é considerada quando os laços se estabelecem entre iguais em condição jurídica, quando os padrinhos são os escravos e os afilhados é que são livres, isto é, a relação é invertida, inferimos sobre a possibilidade da inserção do cativo no âmago da sociedade livre; resultado talvez de suas estratégias de vida e negociações estabelecidas com os sujeitos sociais de seu raio de alcance.

Em 27 de julho de 1884, praticamente três anos adiante daquele dia em que batizava-se Mariana, novamente encontramos a mesma Paula na capela da Barra do Macaco, desta vez já livre (mesmo sendo a nova condição não observada pelo padre no assento), levando para o batismo seu filho Herculano. Paula, livre como já dissemos, tinha por sobrenome Braga Oliveira e teria como compadre Pedro, também Braga Oliveira e como comadre Felícia Braga de Maria, padrinhos que seriam de Herculano daquela data em diante.<sup>32</sup> O leitor pode está se perguntando como sei que essa Paula Braga Oliveira é aquela mesma de três anos anteriores. Responderei com a citação de um diálogo.

PH – Pois é, da Paula você conhece alguma história, alguma coisa?

SB – Eu sei que eu conheci ela, viva, morando na Malhada Grande, era uma casa assim que a gente entra na rua, era a casa da Paula, gostava de fazer festa, esse familiar eu conheci um bocado, mas outros já era espalhado era muito mais velho. Conheci o Zé Braga, o Herculano, conheci o Zé Paulo esse Aprígio, mas tinha o Joaquim Paulo, conheci o Joaquim Paulo tinha um filho que era até militar, soldado, filho da Paula, era uma família muito grande era a Paula.<sup>33</sup>

Como se vê, Simplício Braga não só conheceu Paula como também seu filho Herculano. A partir de um assento, confrontando com as fontes orais, podemos confirmar que Paula escrava de Domingos Braga era a mesma Paula Braga Oliveira, e que esta foi alforriada — na prática, tendo em vista a ausência dessa informação no registro do padre — no período que se estende entre meados de 1881 a meados de 1884.

---

<sup>31</sup> VASCONCELLOS, Márcia Cristina de. “O compadrio entre escravos numa comunidade em transformação (Mambucaba, Angra dos Reis, Século XIX)”. In. **Revista Afro-Ásia**, n.º 28, 2002, Salvador, p. 153.

<sup>32</sup> ACDS. Livro de Nascimentos da Paróquia de Santa Quitéria n.º 11 (1880-1885), fl. 158.

<sup>33</sup> FARIAS, Simplício Braga. (depoimento, 19/12/2008). Sobral. Laboratório de Memórias e Práticas Cotidianas, 2008. p. 14.

Todavia, as lembranças sobre os filhos de Paula, segundo Simplício Braga, apontam para uma situação de melhoramento na qualidade de vida, haja vista alguns filhos, netos e bisnetos de Paula se destacarem por atuarem em algumas profissões de reconhecimento social. O filho de Joaquim Paulo (certamente uma referência ao nome da mãe) ingressou na carreira militar; Zé Braga foi auxiliar no Cartório da Vila de Entre-Rios, atual Macaraú; um neto de Aprígio tornou-se padre em Cariré.<sup>34</sup>

Dona Maria Gustavo, diz que conheceu Paula e suas filhas, e, semelhantemente às lembranças de Simplício, informa sobre a quantidade de filhos teve.

Felícia, Joana, tudo era dessa família da tia Paula. Nega véia Paula que diziam o povo, nega véia Paula. Ela teve ela teve — vi falar né — que ela teve vinte e três filhos esta Paula. (...) Tem raça dela até no Itapagé, nesse mundo todo tem raça dela, de nego da Malhada Grande, nesse mundo todo. Mas eu conheci muito bem ela, das irmã da vovó Rosária né (...).<sup>35</sup>

Sobre a condição de concepção dos filhos de Paula, percebemos serem eles “naturais”, ou seja, não ratificados pelo matrimônio eclesiástico. Fato que foi apontado implicitamente tanto por Maria Gustavo quanto por Simplício Braga. Diz assim a primeira: “Essa nega véia que eu to dizendo que teve vinte e três filho. Vinte e três filho nega véia Paula. Nunca casou-se e teve vinte e três filho.”<sup>36</sup> Desse modo se expressa o segundo: “A Paula teve, parece [que] teve bem uns quinze filhos, era uma mulher solteira mas tinha filho demais”<sup>37</sup>

Então, pesquisas nos arquivos civis e eclesiásticos, em que sejam confrontados documentos de batismos, casamentos e óbitos, poderão lançar luzes sobre a família de Paula e suas trajetórias. Porquanto ainda não podemos realizar tal estudo, apenas levantamos a hipótese de que tendo uma quantidade de filhos que pressupunha algo em torno de uma década e meia entre gestações e partos, Paula poderia não ser “casada” legalmente, mas ter uma relação de matrimônio consensual, em que por algum motivo o consorte não era explícito aos olhos da sociedade local.

Outro nome que encontra reverberação nas memórias do cativo da Malhada Grande, é o de Felícia. Conforme vimos, uma Felícia Maria Braga havia sido comadre

<sup>34</sup> *Ibidem*, p. 11;14. (Grifo meu)

<sup>35</sup> MESQUITA, Maria Gustavo de. (depoimento, 09/01/2009). Sobral. Laboratório de Memórias e Práticas Cotidianas, 2009. p. 26.

<sup>36</sup> *Ibidem*, p. 13.

de Paula por amadrinhar Herculano, filho desta. Agora, no batizado de Maria, filha natural de Constância Maria Felícia, de cor preta ou parda (somente a letra “P” é colocada para designar a cor da batizanda), realizado na capela da Barra do Macaco, novamente Felícia Maria Braga aparece como madrinha juntamente com Rufino de Oliveira Magalhães. A essa altura estamos em dezembro de 1884. Pelo que sabemos Constância, é avó paterna de nossa entrevistada Maria Gustavo. Segundo essa mesma, ela tinha uma madrinha de nome Maria Constância que também era sua tia por ser irmã de seu pai Gustavo Tibúrcio de Mesquita. Para intrincar mais, Felícia é o nome da bisavó da nossa depoente, por ser mãe de Rosária. Se Felícia for mãe de Constância e Rosária, os pais de nossa entrevistada seriam primos em primeiro grau e estaríamos diante de um emaranhado genealógico, que indica o estabelecimento fortes vínculos familiares entre os escravos do Serrote e da Malhada Grande, tendo em vista serem desses dois locais a procedência de todas essas pessoas.

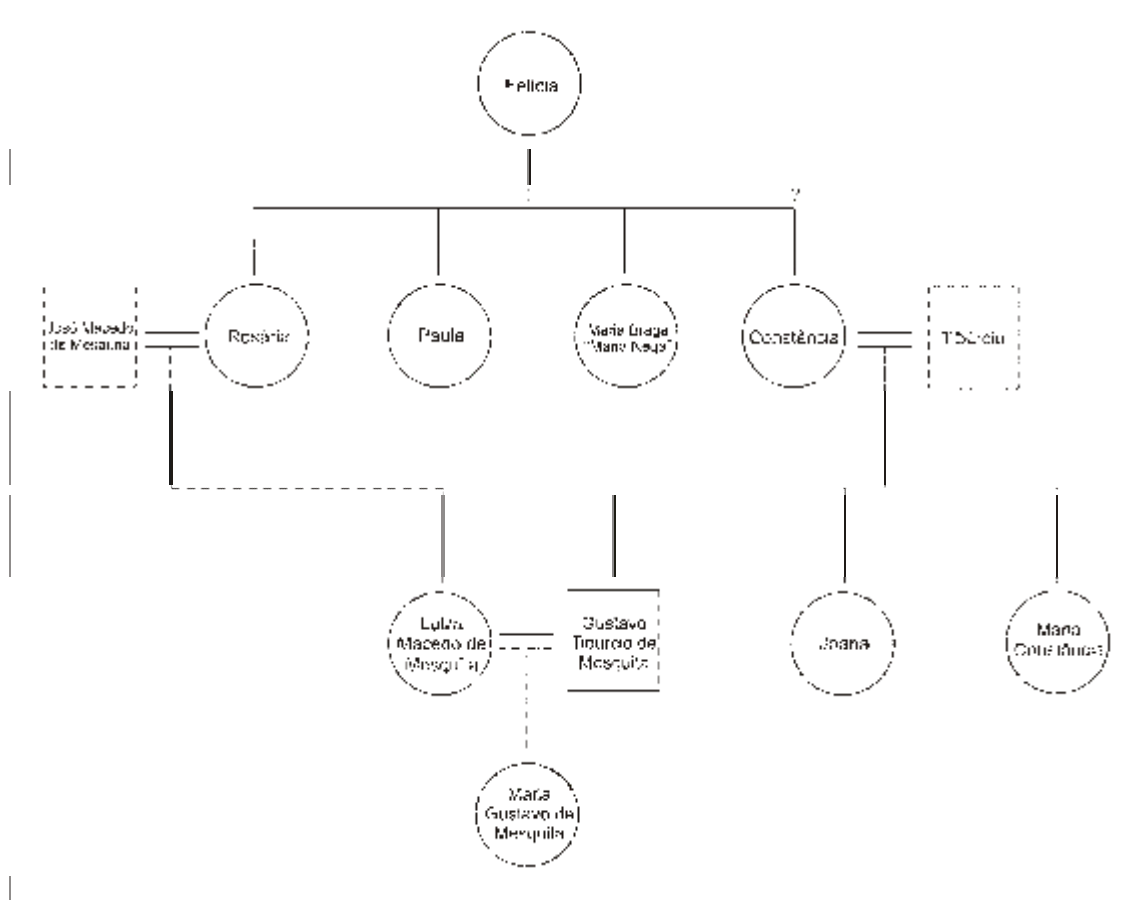
A idéia esboçada parte da perspectiva de cotejamento das fontes a partir dos nomes. Segundo Ginzburg, os conjuntos documentais em série, como são os documentos de registro, fornecem “as linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, [e que] dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido.”<sup>38</sup> Em outras palavras, a comparação de nomes próprios com lugares e datas cria — ainda que de forma incompleta — uma “imagem” da sociedade em que um indivíduo ou um grupo deles está inserido.

---

<sup>37</sup> FARIAS, Simplicio Braga. (depoimento, 19/12/2008). Sobral. Laboratório de Memórias e Práticas Cotidianas, 2008. p.11.

<sup>38</sup> Cf. GINZBURG, Carlo. “O nome e o como – troca desigual e mercado historiográfico”. In: **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989.

## QUADRO 1 – PROJEÇÃO GENEALÓGICA DE MARIA GUSTAVO DE MESQUITA



Obs.: As linhas horizontais duplas significam uniões matrimoniais; as verticais simples indicam filiação.

O quadro acima mostra de maneira simplificada a genealogia de nossa entrevistada Maria Gustavo de Mesquita. Se tomarmos como possibilidade a idéia de que era bastante comum que os filhos tivessem nos seus nomes referências diretas aos seus pais, o que é percebível em Maria Gustavo (Maria filha de Gustavo), em Gustavo Tibúrcio (Gustavo filho de Tibúrcio), Maria Constância (Maria filha de Constância), então, podemos levantar a seguinte hipótese: a criança que se batizava em fins de 1884, Maria era seu nome, poderia ser Maria Constância tia e madrinha de Maria Gustavo. Isso porque o nome da mãe da batizanda, Constância Maria Felícia, pode ser entendido enquanto “Constância filha de Felícia”; e, por conseguinte, teríamos então Felícia como mãe das duas avós de nossa entrevistada, ou seja, *vó Rosária* e *vó Constância*. O sinal de interrogação no quadro representa nossa dúvida.

Hebe Mattos, pesquisando em livros de batizado na província do Rio de Janeiro verificou entre os escravos e forros a prática de referência dos nomes dos filhos e netos em relação aos pais e avós.<sup>39</sup> Se tal for o nosso caso, não restaria dúvida de que estaríamos diante de uma complexa rede familiar.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda há muito a ser trabalhado sobre as histórias e memórias dos cativos da Malhada Grande e seus descendentes. O que por ora apresentamos somente representa o esforço de alguns meses de pesquisa, sendo ainda necessário o aprofundamento dos estudos nos documentos cartoriais e paroquiais.

Mesmo assim, creio poder apontar algumas idéias de maneira mais sólida. Primeiro, existe uma configuração social, baseada nas experiências de vida que separam os Bragas de uma região em duas classes. Segundo, essa separação, mesmo que invisível, é marcada pela tensão e pelo conflito. Terceiro, essas características não se restringem ao passado escravocrata do lugar, reverberando também na própria configuração social contemporânea.

De acordo com nosso entrevistado Tomás Viana “os nego da Malhada Grande só morre de câncer, diz que é dos Braga, porque os Braga são cheios de câncer (...) os nego da Malhada Grande diz que a herança que pegaram dos Braga foi o câncer.”<sup>40</sup> A herança de que fala seu Tomás é aquela que passou dos Bragas brancos para os Bragas negros, isso é ponto pacífico. O sentido, porém, que há no seu comentário é de que, depois de serem explorados enquanto força de trabalho, a “recompensa” que os negros receberam foi uma característica peculiar da família Braga, isto é, o câncer. Não é meu intento adentrar na veracidade ou não dessa informação. O que julgo salutar é a idéia que se expressa na palavra “herança”. Quem deixa herança morre; quem a recebe está vivo, presente.

---

<sup>39</sup> MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil, Século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 317.

<sup>40</sup> Tomás de Mesquita Viana, 75 anos, agricultor aposentado. Entrevista realizada em 14 de julho de 2007. Fazenda Caiçarina, zona rural do distrito de Macaraú, Santa Quitéria – CE. (Arquivo pessoal). p. 08.

Outro entrevistado também refletindo sobre a atual formação familiar da Malhada Grande dá veredicto aproximado. Para Manuel Luiz

Era muito habitado aquela Malhada Grande, mas hoje até mesmo os Braga se tiver é muito pouco, né, e aqueles moreno também tão muito pouco que é aquela família dos Lourenço né, e de outros... Mas aquilo não porque tinha se acabado, mas foram tudo “simbora”.<sup>41</sup>

E tal é o que acontece no atual distrito de Malhada Grande: os Bragas brancos praticamente não existem mais no lugar, morreram, migraram para outras regiões, enquanto que os negros, muitos até descendentes dos antigos escravos do lugar, apesar de também dispersos, continuam por lá, vivem; mantiveram o vínculo com a terra. Reúno coragem para perguntar — seguindo o mote levantado por dona Maria Gustavo —, será que “agora o nego deixou o cativoiro”?

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ.** “Datas de Sesmarias do Ceará e índices das datas de sesmarias: digitalização dos volumes editados nos anos de 1920 a 1928”. Fortaleza: Expressão Gráfica / Wave Media, 2006. (Coleção Manuscritos, v. 03).

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala:** História da Sociedade Patriarcal no Brasil. 43ª edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

GINZBURG, Carlo. “O nome e o como – troca desigual e mercado historiográfico”. In: **A micro-história e outros ensaios.** Lisboa: Difel, 1989.

\_\_\_\_\_. **O queijo e os vermes:** o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio:** os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil, Século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

ROCHA, Cristiany Miranda. **Histórias de famílias escravas, século XIX.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004. p. 47 (Coleção Tempo e Memória – Série Campiniana).

TUDO começou em Portugal. **Revista Distritos in foco.** FAEC (Federação das Associações Emancipalistas do Ceará) Fortaleza, ano I, n. 02, p. 28, outubro/novembro 2007.

<sup>41</sup> SOUZA, Manuel Luiz de. (depoimento, 08/01/2009). Sobral. Laboratório de Memórias e Práticas Cotidianas, 2009. p. 19.





VASCONCELLOS, Márcia Cristina de. “O compadrio entre escravos numa comunidade em transformação (Mambucaba, Angra dos Reis, Século XIX)”. In. **Revista Afro-Ásia**, Salvador, n.º 28, p. 147-178, 2002.

